

ILHA DE MOÇAMBIQUE E ILHA MEM DE SÁ: O PATRIMÔNIO CULTURAL ENTRE O RACISMO AMBIENTAL E CLIMÁTICO NO SÉCULO XXI*

ILHA DE MOÇAMBIQUE AND ILHA MEM DE SÁ: CULTURAL HERITAGE BETWEEN ENVIRONMENTAL AND CLIMATE RACISM IN THE XXI CENTURY

Janaina Cardoso de Mello¹

RESUMO

Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, em 1991, a Ilha de Moçambique guarda tesouros culturais e ambientais, da arquitetura manuelina na Capela de Nossa Senhora do Baluarte, na Fortaleza de São Sebastião (século XVI), perpassando o antigo colégio jesuíta Palácio de São Paulo (século XVII), Mesquitas, Templo Hindu ao patrimônio arqueológico subaquático. Na Província de Nampula, a Ilha de Moçambique é um destino turístico popular na África Austral pelo patrimônio histórico e cultural. Mas, as mudanças climáticas trouxeram a erosão costeira. A divisão da ilha em “cidade de pedra” e “cidade macúti”, com hierarquias e clivagens socioeconômicas, prejudica a geração de emprego e renda do turismo, bem como os prédios em ruínas e a falta de saneamento básico poluindo as praias ameaçam a história, a memória, a cultura e a vida dos residentes. A pandemia da Covid19 configurou um obstáculo à saúde dos habitantes. Nessa realidade e diante das Cartas Patrimoniais da UNESCO, o Plano de Gestão da ilha e o *Cluster* da Cooperação Portuguesa, pretende-se refletir o racismo ambiental e climático, avaliando seu impacto na qualidade de vida e autonomia das comunidades locais. Busca-se também traçar uma estratégia de Ensino de História comparativo entre a Ilha de Moçambique e a Ilha Mem de Sá, em Sergipe, no que diz respeito às injustiças ambientais e os usos do patrimônio cultural para a manutenção de novas relações colonialistas no século XXI.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Ilha de Moçambique; Ilha Mem de Sá; Racismo Ambiental e Climático; Ensino de História.

ABSTRACT

World Heritage Site by UNESCO in 1991, the Island of Mozambique holds cultural and environmental treasures, from Manueline architecture in the Chapel of Our Lady of Baluarte, in the Fortress of São Sebastião (sixteenth century), passing through the old Jesuit college Palace of São Paulo (seventeenth century), Mosques, Hindu Temple to underwater archaeological heritage. In Nampula Province, Ilha de Moçambique is a popular tourist destination in Southern Africa for its historical and cultural heritage. But climate change has brought coastal erosion. The division of the island into "stone city" and "macúti city", with hierarchies and socioeconomic cleavages, harms the generation of employment and income from tourism, as well as the ruined buildings and the

* O texto é fruto do aprendizado obtido durante o Curso de Aperfeiçoamento em “Ensino de História Pan-Amazônia: fronteiras e saberes de matriz africanas, indígenas e população tradicional” realizado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em 2021.

¹ Pós-Doutoranda (UFRJ/UFF); Doutora em História Social (UFRJ); Professora do Departamento de História (DHI), do Mestrado em História (PROHIS) e do Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); E-mail: janainamello.ufs@gmail.com. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5060-0691>.

lack of basic sanitation polluting the beaches threaten the history, memory, culture, and life of residents. The Covid19 pandemic has set up an obstacle to the health of the inhabitants. In this reality and in view of the UNESCO Heritage Charters, the Island Management Plan, and the Portuguese Cooperation Cluster, it is intended to reflect environmental and climate racism, assessing its impact on the quality of life and autonomy of local communities. It also seeks to outline a comparative History Teaching strategy between the Island of Mozambique and the Mem de Sá Island, in Sergipe, regarding environmental injustices and the uses of cultural heritage for the maintenance of new colonialist relations in the twenty-first century.

Keywords: Cultural heritage; Island of Mozambique; Mem de Sá Island; Environmental and Climate Racism; History Teaching

INTRODUÇÃO

A Ilha de Moçambique, situada na Província de Nampula, na África austral e banhada pelo Oceano Índico, configurou-se, nos séculos XV e XVI, como um importante ponto estratégico na rota comercial portuguesa para a Índia. Construções militares (fortalezas), civis (hospitais e casarios) e religiosas (igrejas e templos), ao final do século XVI, já delimitavam a paisagem do patrimônio urbano-cultural da ilha (DGPC, 2021).

No início do século XVII investidas holandesas tentaram assumir o controle da ilha, todavia, a ocupação fundamental ocorreu com a Ordem Jesuíta, e posteriormente torna-se um enclave importante de exportação de escravizados no comércio de grosso trato de Portugal com o Brasil. Estrutura esta que se deteriora no século XIX com a emancipação política e a abolição da escravização no Brasil (DGPC, 2021).

A partir desse momento, a ilha “cingida” apresenta de um lado a cidade de pedra e cal erigida pela conquista lusitana e de outro, a cidade macúti, resultante das construções de povos autóctones com materiais e técnicas de edificação próprias à sua cultura (DGPC, 2021).

Na contemporaneidade a Ilha de Moçambique tem como atividades econômicas: a pesca artesanal, o artesanato, o pequeno comércio e o turismo.

Chancelada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1991, a Ilha de Moçambique guarda tesouros culturais e ambientais, da arquitetura manuelina na Capela de Nossa Senhora do Baluarte, na Fortaleza de São Sebastião (século XVI), perpassando o antigo colégio jesuíta Palácio de São Paulo (século XVII), Mesquitas, um Templo Hindu até chegar ao patrimônio arqueológico subaquático.

A lista de patrimônio cultural material da ilha, com as edificações lusitanas, se apresenta conforme o quadro 1 em sua nomenclatura, origem/data e características arquitetônicas:

Quadro 1: Patrimônio Cultural da Ilha de Moçambique registrado pela UNESCO

Espaço patrimonial	Origem/Data	Características
Fortaleza de São Sebastião	Presença Portuguesa/1583	Construção militar em forma de quadrilátero irregular composto em cada ângulo por quatro baluartes.
Forte São Lourenço	Presença Portuguesa/1695	Construção militar com forma triangular, com dois baluartes, dependências de serviço abobadas, rampa, canhoneiras e o Portão de Armas.
Fortim de Santo Antônio	Presença Portuguesa/1763-1820	Construção militar em formato retangular, com quatro peças de artilharia voltadas para o canal de Moçambique
Capela de Nossa Senhora do Baluarte	Presença Portuguesa/1522	Construção religiosa, planta retangular, cabeceira poligonal, exemplar da arquitetura em estilo manuelino. Acesso pelo interior da Fortaleza de São Sebastião. Possui uma abóbada, cornijas, a cruz de Cristo e esfera armilar. No seu interior existem lajes tumulares.
Igreja de Santo Antônio (integra o complexo do Fortim de Santo Antônio)	Presença Portuguesa/séc. XVI	Construção religiosa, com planta retangular com nave e capela mor com falsa abóbada. Fachada principal com cruz latina, pilastras toscanas, pináculos piramidais e cornijas.
Palácio de São Paulo ou Palácio dos Capitães-Generais (Colégio da Companhia de Jesus)	Presença Portuguesa/1610	Construção religiosa, com longo corpo de dois pisos, pátio interno e escadaria. Capela de São Paulo com frontão triangular, óculo circular e torre sineira de coruchéu piramidal.
Igreja da Misericórdia e Hospital	Presença Portuguesa/séc. XVI-XVIII	Construção religiosa-civil. Pórtico renascentista, frontão curvo com decoração em relevo indo-português. O funcionamento do Hospital data do século XVIII com alpendre de arcos redondos, posteriormente destruído.
Tribunal (Antigo Convento de São Domingos)	Presença Portuguesa/1662	Construção religiosa. Atualmente prédio com amplo avarandado e escadaria central. Igreja demolida em 1852. Conserva o antigo claustro.
Igreja de Nossa Senhora da Saúde	Presença Portuguesa/1633	Construção religiosa. Possui escadório. Remodelada no oitocentos sob estilo classicista com frontaria tripartida e pilastras com um frontão quebrado articulado ao janelão superior.

Fonte: Elaboração própria com dados de DGPC, 2021

Por outro lado, as construções macúti na ilha de Moçambique remontam ao século XIX com casas em plano suaíli que usam tiras de folha de coqueiro espalmadas, tradicionais também

em outras culturas do Oceano Índico, e técnicas de origem árabe e africana. A casa é quadrada ou retangular em sua arquitetura e apresenta um espaço central com ventilação cruzada. A fachada de estuque usualmente possui um banco ou varanda voltados para a rua favorecendo a sociabilidade como se pode observar nas figuras 1 e 2 (SOLLIEN, 2011, p. 313).

Fig. 1 e 2: Casas macúti na Ilha de Moçambique



Fonte: Fotos de Lazare Eloundou Assomo (2006) In UNESCO, 2021.

A ilha também possui dentre suas edificações culturais um Templo Hindu, erguido no século XVII a mando do Vice-Rei da Índia, Sebastião de Moraes, em função das relações de comércio, alfaiataria e ourivesaria com os hindus. Também a construção da Mesquita Principal, no centro da cidade de pedra e cal, entre 1930 e 1950, representa a presença da religião muçulmana, liderada na época pelo Sheik Muss-All- Bike (OMAR, 2008, p.8). Entretanto, a primeira Mesquita na Ilha de Moçambique data do século XIII (OMAR, 2008, p.12) e no século XV foi construída a Mesquita Gulamo (OMAR, 2008, p.13).

A Ilha de Moçambique é um destino turístico popular em razão de seu patrimônio histórico e cultural. Mas, as mudanças climáticas trouxeram a erosão costeira. Ressalta-se que a divisão da ilha em “cidade de pedra” e “cidade macúti”, com hierarquias e clivagens socioeconômicas, prejudica a geração de emprego e renda do turismo, bem como os prédios em ruínas e a falta de saneamento básico poluindo as praias ameaçam a história, a memória, a cultura e a vida dos residentes.

A pandemia da Covid19 configurou um obstáculo à saúde dos habitantes. Nessa realidade, diante das Cartas Patrimoniais da UNESCO, do Plano de Gestão da ilha e do *cluster* da Cooperação Portuguesa, pretende-se refletir sobre os problemas cotidianos em busca de

soluções e propostas solidárias, responsáveis, ecológicas e éticas, capazes de salvaguardar o patrimônio cultural e humano na ilha.

Busca-se também identificar a possível existência de “racismo ambiental e climático” na parte macúti da ilha de Moçambique, tendo em vista as heranças hediondas do processo colonizador sobre as populações locais e as consequentes formas de desenvolvimento socioeconômico desigual direcionado à determinadas etnias e classes.

A origem do conceito é estadunidense, vinda das pregações do pastor Benjamin Chaves Jr. sobre a concentração de mais atividades poluentes em bairros com maior presença de negros e negras. Em seguida, o *corpus* teórico elaborado pelos pesquisadores Robert Bullard e Beverly Wright, nos anos 1980, assinalou a divisão desigual do modelo de desenvolvimento adotado na sociedade capitalista, nas quais as populações negras, indígenas, latinas e minorias sociais, costumam ser majoritariamente impactadas pela degradação ambiental, como enchentes, poluição do ar, proximidade aos resíduos sólidos e/ou tóxicos, entre outros (MARÇAL, 2022).

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL FRENTE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Dois documentos da década de 1970, frutos das reuniões realizadas no âmbito da UNESCO e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), são importantes para situar historicamente as preocupações com a gestão do patrimônio cultural e natural por estes órgãos. A “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (Paris, UNESCO, 16/11/1972) e “Carta Patrimonial de Turismo Cultural” (ICOMOS, 1976).

A Convenção de 1972 enfatizou os riscos ao patrimônio cultural em função não apenas de catástrofes naturais (erupções vulcânicas, terremotos, tsunamis etc.), mas também de destruições promovidas por um modelo de crescimento social e econômico predatórios.

Desse modo, cada Estado-Parte deveria identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural de seu território utilizando recursos próprios e ainda cooperação internacional nos aspectos técnicos, artísticos, científicos e financeiros (UNESCO, 1972, p.3-4).

A Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976), apontava o impacto do turismo – um fato social humano, econômico e cultural – nos monumentos e sítios, através do acesso ao

conhecimento, desenvolvimento local, mas também as destruições devido ao descontrole das massas visitantes. Solicitava a conscientização para o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural assegurando os limites da movimentação turística na proteção e preservação dos bens.

Em 1999 a XII Assembleia Geral do ICOMOS, reunida no México, substituiu a Carta de 1976 pela Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, lembrando o pertencimento do patrimônio natural e cultural a todos e o dever coletivo de compreensão, apreciação e conservação na responsabilidade de salvaguarda. Ressaltava, no 5º princípio, o papel das atividades turísticas e conservacionistas na promoção de benefícios à comunidade anfitriã.

A pesquisadora Silvia Zanirato (2016, p. 204) chamou a atenção para a intensificação das preocupações com a salvaguarda do patrimônio cultural e natural na produção do “Relatório Brundtland (*Our common future*)”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), em 1987.

Para além dos vetores econômicos, a orientação do documento de 1987, defendia uma perspectiva multidimensional que valorizasse a qualidade da vida humana a partir de padrões de consumo e produção que resguardasse os recursos naturais e culturais para as gerações posteriores, evocando o bem-estar humano em projeções de longa duração. Assim, o desenvolvimento deveria ser sustentável e comprometido com as próximas gerações.

Em um artigo de 2010, Zanirato, relatou projetos desenvolvidos no início do século XXI em Cusco e na Europa, com o objetivo de mapear os riscos aos espaços de patrimônio cultural mundial, indicando a degradação das condições ambientais, principalmente sobre o aquecimento global. E sob esse aspecto o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) deveria nortear as ações necessárias de: avaliação, monitoramento e alertas sobre os perigos de desastres; fazer uso do conhecimento, educação e inovação para a construção de uma cultura de planejamento. Era urgente realizar o manejo dos riscos e incertezas para evitar danos potenciais e minorar os espaços mais suscetíveis e vulneráveis às mudanças climáticas.

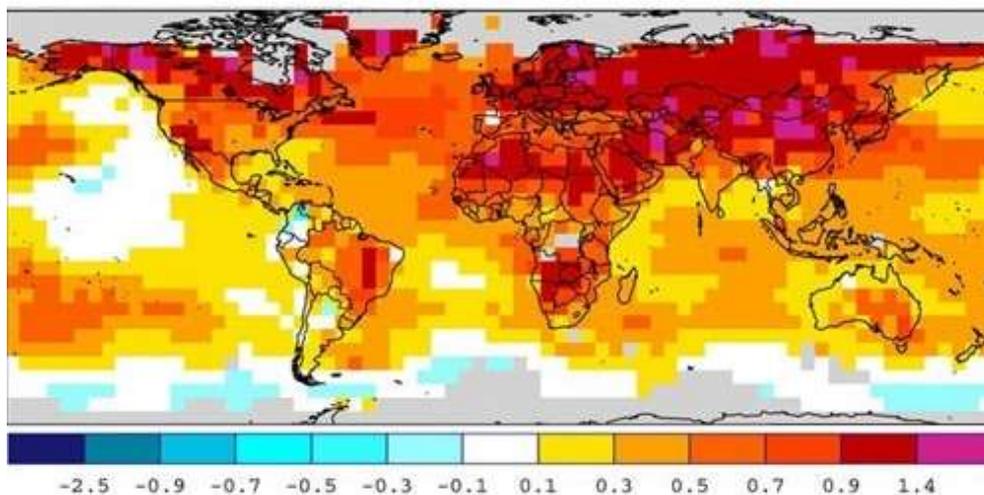
Salienta-se que em 2008, em reunião do ICOMOS no Canadá, foi produzida uma Carta para interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural, na qual a sustentabilidade se configurava como 5º princípio apregoando a necessidade da sensibilidade ao entorno natural e cultural, considerando as infraestruturas locais, o número de visitantes (turismo) e a conservação para a garantia da integridade do sítio.

Ao tratar do aquecimento global no patrimônio cultural, Coelho (2015), assinalou os estudos de 2014 do IPCC e refletiu sobre as mudanças climáticas no prejuízo da conservação do patrimônio natural e cultural, incluindo sítios históricos, edificações e acervos móveis.

O relatório o IPCC (2014) apontou a preocupação com “eventos climáticos extremos, causadores de ondas de calor, precipitação intensa, inundações costeiras poderiam ser potencializados também por aumentos adicionais na temperatura”, bem como a desigualdade da distribuição dos riscos entre países mais desenvolvidos e países ainda em desenvolvimento, impactando de forma mais danosa pessoas e comunidades menos favorecidas.

No que tange às regiões costeiras como a Ilha de Moçambique, “com o aumento do aquecimento, alguns sistemas físicos ou ecossistemas podem estar em risco de mudanças abruptas e irreversíveis, tais como o aumento do nível do mar devido ao degelo” (IPCC, 2014).

Fig. 3: Padrão de anomalias na temperatura em °C (1999-2008)



Fonte: NOAA, 2021.

Os dados visuais do mapa relativo ao aquecimento global (figura 3) revelam um padrão de intensificação do calor em progressão do hemisfério norte para o sul, resultando à médio e longo prazo, além do derretimento das calotas polares e incidência de ondas gigantes ameaçando as regiões costeiras, em aridez do solo, incidência de radiação e ocorrência de maior número de doenças como câncer de pele e problemas respiratórios advindos da baixa umidade no ar.

Face esse contexto, há urgência no planejamento de medidas preventivas para mitigar e adaptar os bens mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas. Ações periódicas de conservação das edificações com apoio de organismos como a UNESCO serão fundamentais.

Requerendo-se ainda uma reflexão sobre a qualidade de vida dos residentes da Ilha de Moçambique no que diz respeito aos processos de saneamento básico, com uso sustentável e ecológico de água potável, construção de cisternas para captação de água de chuvas, planos de contenção do avanço marítimo, tratamento das fachadas e estruturas para minorar os efeitos de deterioração da maresia, da radiação ultravioleta (UV), promoção de acompanhamento de saúde domiciliar para os habitantes monitorando alterações celulares na pele causadas pela maior intensidade da exposição ao sol, principalmente em relação aos pescadores.

PLANO DE GESTÃO DA ILHA E O CLUSTER DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

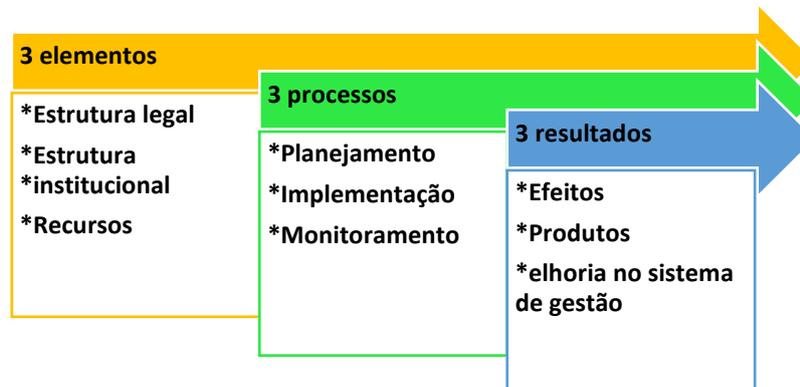
Em seu trabalho sobre a gestão do patrimônio cultural na Ilha de Moçambique, Macamo (2017) ressalta o Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique (2010- 2014), sob os auspícios do Gabinete de Conservação da Ilha (GACIM), visando em seu artigo 1º “conservar e valorizar o patrimônio cultural e natural da Ilha, salvaguardando o seu estatuto de sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO”.

A área da Ilha de Moçambique classificada, inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO de acordo com os critérios iv) e vi), tem cerca de 1 km², perspectivando-se o alargamento da zona de proteção para o continente e a integração do Patrimônio Arqueológico Subaquático. Foi com base nesses critérios que foi também definido o valor universal excepcional da Ilha de Moçambique, traduzido pela homogeneidade do seu tecido urbano, desde o século XVI até hoje (MACAMO, 2017, p.10).

A existência prévia dos “Plano Anual de Atividades” e “Programa Quinquenal do Governo” em Moçambique favorece a gestão do patrimônio reconhecido pela UNESCO na política de monumentos. Sendo fundamental inserir as ações da comunidade residente através de suas lideranças e processos de custódias tradicionais (MACAMO, 2017, p.6).

De acordo com o “Manual de Gestão do Patrimônio em geral e Patrimônio Mundial” da Unesco para orientar os diversos Estados-parte, os princípios cruciais para o desenvolvimento das ações envolvem 3 categorias e 9 componentes conforme o diagrama da figura 4:

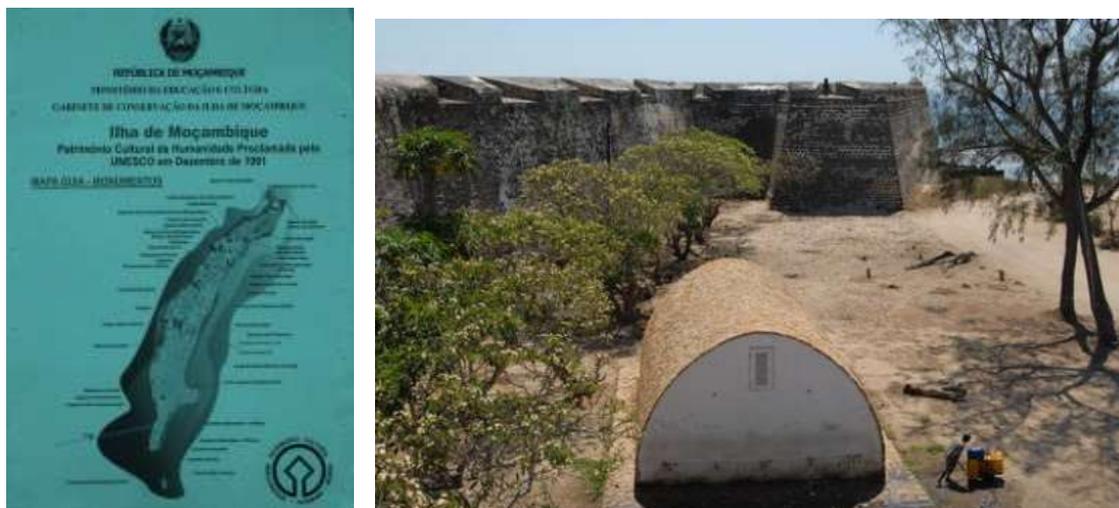
Fig. 4: Diagrama da Estrutura de Gestão de Patrimônio



Fonte: Elaboração própria dos dados, adaptados de UNESCO/IPHAN, 2016, p.58

Conforme Macamo (2017) a gestão do patrimônio cultural na Ilha de Moçambique tem se norteado no respeito à paisagem histórica e a abordagem das “Cidades Históricas Vivas” que objetiva a salvaguarda das edificações culturais em benefício dos residentes (figuras 5 e 6).

Fig. 5 e 6: Folder dos bens culturais da Ilha de Moçambique e Nova cisterna na Fortaleza de São Sebastião



Fonte: (1) Folder em MACAMO, 2017 e (2) Foto de Carole Darmouni, 2010 (UNESCO, 2021) MACAMO (2017)

Em 2006, o Estatuto Especial da Ilha de Moçambique foi aprovado, havendo a criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e a participação de vários

projetos de cooperação com países como Portugal, a Holanda, a Suíça, a Noruega, a Dinamarca, e de organizações internacionais como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a UNESCO ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inaugurando um cenário de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento da Ilha (SANGREMAN; SILVA, 2012, p.23).

A concepção do *cluster* de Moçambique teve seu marco oficial em novembro de 2005, com a assinatura do Plano Anual de Cooperação-2006, entre Moçambique e Portugal, sendo o ano de 2006 destinado para a estruturação de um plano de ação multisetorial (Educação, Saúde, Recuperação do Patrimônio, Desenvolvimento Socioeconômico, Saneamento e abastecimento de água) (SANGREMAN; SILVA, 2012, p.25-26).

O conceito de *cluster*, de Michael E. Porter, compreendia “concentrações geográficas de organizações e instituições de um certo setor, abrangendo uma rede de empresas interrelacionadas e outras atividades importantes para a competitividade”. Perspectiva ampliada nos estudos de Paulo Haddad ao enfatizar “que a essência do desenvolvimento de Clusters é a criação de capacidades produtivas e de inovação de conhecimento especializadas, dentro de regiões, para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social” (RODRIGUES; FABBRIS, 2004, p.3-4).

Tratando-se de “*cluster* turístico”, Mario Beni o define como um conjunto de atrativos com diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dispendo de equipamentos e serviços de qualidade, eficiência coletiva, coesão social e política, articulação da cadeia produtiva e cultura associativa, com excelência gerencial em redes de empresas que geram benefícios estratégicos comparativos e competitivos. Proporciona aos distintos mercados consumidores de Turismo como produto acabado, final, com tarifas diferenciadas e em alto nível de competitividade internacional (*apud* RODRIGUES; FABBRIS, 2004, p. 4).

E é do *cluster* turísticos que se trata a empreitada iniciada na Ilha de Moçambique pelas diversas organizações parceiras e interessadas no desenvolvimento e preservação dos bens culturais e naturais ali situados.

Em sua segunda fase (2015-2018), o *cluster* da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique buscou o desenvolvimento sustentável através de intervenções de preservação e reabilitação do patrimônio histórico e cultural, gestão e ordenamento territorial e urbanístico,

formação profissional e ensino pré-escolar e sua ligação ao ensino primário na região. A previsão orçamentária de investimento resultou em 1 milhão de euros aplicados em 48 meses. Ressaltando-se ainda a alocação de 16 compostores para transformação da matéria orgânica de resíduos gerados por cerca de 1000 residentes da parte continental, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população residente (INSTITUTO CAMÕES, 2021a).

Fig. 7 e 8: Promoção turística da Ilha de Moçambique em revista da aviação



Fonte: REVISTA ÍNDICO, 2021, Capa e p.35.

A terceira fase do *Cluster* da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique voltou-se para o reforço das capacidades e realizações do Conselho Municipal da Ilha, potenciando a participação das comunidades, nos setores do turismo, urbanismo e salubridade ambiental. Uma das iniciativas foi a divulgação da “Ilha de Moçambique” na Revista Índico (figuras 7 e 8), publicação das Linhas Aéreas de Moçambique, como destino turístico de eleição, pela sua beleza e pelo património edificado (INSTITUTO CAMÕES, 2021b).

Mas se a combinação estratégica entre parceiros do *cluster* e estrutura organizacional de seus participantes é fundamental para o sucesso de seu estabelecimento para a melhoria da qualidade de vida e consumo turístico, por outro lado, dificuldade na continuidade de ações

governamentais e nos acordos empresariais (SOUZA; GIL, 2014, p. 586) pode representar uma frustração e até mesmo o retrocesso com muitas perdas principalmente para a população local. E sendo essas parcerias (*stakeholders*) internacionais, a ocorrência de crises econômicas, sanitárias e conflitos bélicos de grande alcance (guerras) podem suspender os investimentos e paralisar os projetos em curso.

A questão então a se perguntar é se essa parceria é capaz de em pouco tempo gerar autossuficiência nas populações locais em termos técnicos (aprendizado de gestão e produção sustentável) e financeiros (repositório com recursos manuseado pelos partícipes da ilha), independente da presença das organizações e empresas estrangeiras. Pois, se a ação for pautada em interdependência a vantagem sempre estará com os elementos externos com poder aquisitivo e decisório sobre a ilha e sua população. Isso, portanto, não se enquadraria em um tipo de neocolonialismo no século XXI sob o disfarce do “empreendedorismo sustentável”?

A convergência com as proposições de aliança civil entre Unesco, Portugal e demais órgãos responsáveis pelas ações de colaboração com o crescimento consciente, sustentável e da qualidade de vida na Ilha de Moçambique deveria se pautar em uma ação de reparação do processo colonial e, portanto, favorecer a emancipação da população e não novas formas de exploração econômica e cultural.

Jamais haverá “liberdade” sem que a população da ilha seja plenamente responsável pelas decisões sobre seu modo de vida e o destino que deseja dar ao seu patrimônio cultural e natural. Para isso, em um mundo predominantemente capitalista, ao longo da história, os moradores de macúti precisam ter acesso direto e autônomo às informações e ao dinheiro para que possam gerenciar sua própria economia.

O RACISMO AMBIENTAL E CLIMÁTICO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Conforme salientou Daniel Sena de Jesus (2021, p. 13) “o contexto social, político e histórico, o conceito de clima é construído, vivenciado, percebido e experimentado de forma diferenciada pelas diferentes sociedades e grupos sociais”. As diferenças de experiências e intencionalidades que movimentam vidas em acessos e exclusões, em situações de vantagem e de morte, usualmente, são determinadas pelo racismo ambiental e climático.

Conforme a economista Rita Maria da Silva Passos, as considerações, projetos e decisões em torno do meio ambiente ainda orbitam nas mãos de grupos brancos que terminam esvaziando o conteúdo racial dos impactos causados pela crise climática nas últimas décadas com aquecimento global, devastação das florestas, incêndios e avanço do agronegócio.

A gente fala de mudanças climáticas, e alguém diz: ‘viu o que aconteceu na Inglaterra?’. Por que não fala ‘viu o que acontece há anos na África, na Ásia, no Brasil’? Falar de racismo ambiental é politizar o meio ambiente para racializar a questão (PASSOS *apud* MATHEUS, 2022).

Isso porque ainda se pensa os desastres no meio ambiente pela ótica de um desenvolvimento econômico urbano e/ou rural construído sobre os alicerces de poderes políticos de cidadãos brancos. A crise que afeta o bem-estar de famílias e negócios é ressaltada em grandes cidades (aquecimento, poluição, chuvas e enchentes) e em grandes fazendas (nuvens de gafanhotos, seca extrema, geadas violentas com granizo, queimadas, desflorestamento etc.). Esquece-se do êxodo rural, da superlotação das capitais reduzindo a qualidade de serviços (saúde, mobilidade, infraestrutura), moradia e empregabilidade. Mas, principalmente, os maiores afetados por essas alterações ambientais e climáticas são populações negras periféricas e povos originários. Os primeiros sendo forçados a aglomerar-se em favelas e os segundos sendo expulsos de suas terras para exploração agrícola, de minério, petróleo e especulação territorial. Assim,

Na perspectiva regional e do planejamento urbano, em geral, os planos diretores, de uso e ocupação do solo e as leis orçamentárias escutam um grupo privilegiado dentro dessas políticas que tendem a dificultar as condições de moradia das populações não-brancas. É fundamental, inclusive, ver como a especulação imobiliária avança sobre esses territórios mais pauperizados em relação à infraestrutura, mas com potencial muito grande em termos ambientais e turísticos e nos quais as terras são mais baratas. Aí têm os processos de desapropriação e (deslocamento) compulsório dessas famílias para áreas ainda mais empobrecidas, com menos infraestrutura e cada vez mais distantes dos centros (urbanos) (PASSOS *apud* MATHEUS, 2022).

Na Ilha de Moçambique há uma história formativa de sociedades Bantu, servindo como entreposto do comércio Árabe e expansão do Islão, até o estabelecimento dos portugueses entre 1500 e 1686, e do tráfico de escravizados de 1752 a 1840, forjaram uma economia de plantações com a expansão da cidade para a Contra Costa e o surgimento de novos bairros nas antigas

pedreiras na “Ponta da Ilha”, com Regulamentos urbanos para manter a ordem, a vigilância e a separação entre as classes. A independência tardia, em 1975, acarretou a preocupação com a manutenção dos marcos histórico-culturais coloniais (IPHAN, 2014).

O Sector Estatal da Cultura, levou a cabo as primeiras medidas de conservação dos Monumentos da Ilha, criando uma Brigada de conservação e restauro, subordinada ao museu de Nampula com a tarefa de cuidar da manutenção dos edifícios que no fim da época colonial tinham sido reabilitados (IPHAN, 2014, p. 15).

As investigações sobre o patrimônio edificado e ambiental da Ilha, foram assumidas pelo arquiteto Jens Hougard (1980-1985) e em 1981 o arquiteto Krzysztof Pawlowsky visitou a Ilha como Consultor, recebendo ainda a participação da escola de Arquitetura de Dinamarca, Noruega, da Suécia e Portugal (Fundação Calouste Gulbenkian) (IPHAN, 2014). Ou seja, os olhares e decisões sobre a preservação do patrimônio cultural da Ilha de Moçambique permaneceu no controle de europeus.

Usualmente, há um sobrevalor concedido ao patrimônio cultural material e os processos de seleção destes, formas de preservação (conservação e restauro) e decisões de uso sociocultural devido à maior movimentação de setores da economia e das relações políticas. Quando essas questões permanecem nas mãos de pessoas externas à ancestralidade da comunidade local, torna-se muito difícil sua emancipação posterior. O olhar de brancos, europeus, sobre a cultura da Ilha de Moçambique (figura 9) tende a classificar e valorar elementos relacionados aos processos coloniais que dizem respeito às suas identidades e não dos povos autóctones. Assim, a relação com o patrimônio cultural só será verdadeiramente libertadora se houver o protagonismo da etnia original em todas as fases.

Fig. 9: Ilha cingida entre Cidade de Pedra e Cal e Cidade Macúti



Fonte: IPHAN, 2014.

O cenário da Ilha no lado macúti contém apenas 485 casas, sendo observado o crescente desaparecimento da cultura, na descaracterização da cobertura original outrora de palha, substituída por chapas de zinco como percepção da melhoria habitacional pela população. A escolha por esse tipo de telhado pelas populações mais pobres diz respeito ao baixo peso, durabilidade, facilidade de manutenção e reciclabilidade (figura 10). Ainda as obras de saneamento básico e construções de alvenaria, e não mais de taipa e madeira, com telhas de barro (figura 11).

Fig. 10 e 11: Casa Macúti com telha de zinco e obras de saneamento com vista de casas de alvenaria e com telhas de barro



Fonte: IPHAN, 2014.

O uso de chapas de zinco atua como catalizador dos raios UV com maior aquecimento das casas, sujeitas à corrosão na exposição às intempéries do clima, salientando que o processo de produção do material ocorre utiliza carvão mineral nos processos siderúrgicos, gerando “inorgânicos inaláveis” (poluição do ar com graves efeitos respiratórios) (SILVA, 2015, p. 74).

A tentativa de evitar o êxodo da população macúti ocorre na Legislação, com a Lei nº 19/97 de 1º de outubro, Lei de Terras, que em seu artigo 3º, determina a terra como propriedade do Estado, não podendo ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada (IPHAN, 2014).

Ainda o Decreto nº 60/2006 de 26 de dezembro, Regulamento sobre a Gestão do Solo Urbano, se refere ao regime de uso e aproveitamento da terra nas áreas de cidades e vilas. Em seu artigo 1º, o serviço de cadastro de terra é gerido pelos órgãos locais (IPHAN, 2014).

Fig. 12 e 13: Preservação da Cultura Imaterial – Festejos e Comidas tradicionais



Fonte: IPHAN, 2014.

A preservação do patrimônio cultural intangível (celebrações, vestuário, ritos, comidas, artesanato etc.) encontra aceitação maior, pois está vinculada aos processos identitários das comunidades de matriz bantu que lutam para que as práticas e memórias integrem seu cotidiano (figuras 12 e 13).

Na atualidade, se fala do *Environmental, Social and Governance* (ESG) em cursos e oportunidades de cargos em empresas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), favorecendo a “economia verde”, porém, conforme Passos (*apud* MATHEUS, 2022):

O ESG entra nessas políticas ambientais de forma a mitigar os impactos que causam ao meio ambiente. O problema está no mitigar. Estamos numa situação em que os eventos climáticos extremos são percebidos em vários lugares no mundo. Obviamente com danos desproporcionais sobre corpos não-brancos. O ESG não dá conta disso. À medida que se fala em mitigação, é sobre uma reparação pontual de um dano que é sistêmico.

Refletir sobre os danos ambientais e climáticos na comparação entre as imagens da cidade macúti com enchentes e ruínas (figuras 14 e 15), deixando a população menos abastada à mercê da vida insalubre contrasta com as imagens das residências turísticas e hotéis na Costa, que recebem brancos da elite, na cidade de pedra e cal, onde saneamento, limpeza e iluminação urbana, arquitetura com uma estética segura e organizada (figuras 16 e 17), delimitam o distanciamento entre ambas e os efeitos do racismo ambiental e climático com muita potência sobre as populações negras.

Fig. 14, 15, 16 e 17: Cidade Macúti versus Cidade de Pedra e Cal





Fonte: IPHAN, 2014.

Afinal, conforme salienta Passos (*apud* MATHEUS, 2022) “o racismo ambiental é sentido antes, durante e depois do dano ambiental. Após o dano ambiental, as pessoas não-brancas são as últimas a serem reparadas pelos danos sofridos”.

O PATRIMÔNIO CULTURAL ENSINADO NAS ESCOLAS SERGIPANAS E O DEBATE SOBRE O RACISMO AMBIENTAL E CLIMÁTICO

A Ilha de Moçambique em sua história e presente é um daqueles temas que dificilmente chega na Educação Básica no Brasil, e em Sergipe, devido ao pouco espaço na grade curricular, posto que a cronologia histórica da Pré-História à História Contemporânea, perpassando História do Brasil, América e África, sofre com os recortes e subtrações de conteúdo que os professores precisam realizar para atender ao mínimo necessário na formação dos educandos.

A Ilha de Mem de Sá (SE), pode perfazer um estudo de caso comparativo interessante com a Ilha de Moçambique no debate sobre racismo ambiental e climático. Isso porque a ilha sergipana (figura 18) possui sua história marcada por uma parcela negra de sua comunidade residente com tradições imateriais como a cata de aratu (*Goniopsis cruentata*) no mangue, as comidas típicas, o samba de coco, a casa de farinha e o cuidado com as matas (figuras 19 e 20). Mas essa população sofreu por anos o descaso de governos municipal, estadual e federal. Entretanto, os projetos turísticos para a localidade atraíram investimentos e infraestrutura, ocasionando um êxodo da população originária que vendeu suas casas para morar na capital, Aracaju, desestruturando o Turismo de Base Comunitária que possibilitava a autogestão e compartilhamento solidário dos proventos de pequenos grupos de visitantes que não sobrecarregavam a ilha.

O entendimento da ocorrência de discriminação ambiental, portanto, pode ser visualizado no tratamento dispare de determinado grupo ou comunidade com base na raça, classe, ou outra característica distintiva (ALMEIDA, 2015, p. 4).

Figuras 18, 19 e 20: Visão aérea da Ilha Mem de Sá, Samba de Coco e Catadores de Aratu



Fonte: LIMEIRA, 2017

Localizada no leste sergipano, a Ilha Mem de Sá integra o município de Itaporanga D'Ajuda, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo comparado à Aracaju. Sendo uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza Barris, foi um espaço inicialmente de pecuária (criação de ovinos, caprinos e suínos), cultivo da mandioca e pesca de peixes e mariscos. Dividida em parte alta e baixa, uma vez que suas terras pertenciam à duas famílias, a população da ilha foi se conformando ao redor deles (LIMEIRA, 2017, p. 48-50).

Os Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), executados pelo Ministério do Turismo (MTur) no Polo Costa dos Coqueirais compreendendo Itaporanga D’Ajuda demonstram as potencialidades da Ilha Mem de Sá. Nessa área o Turismo de Base Comunitária (TBC) se desenvolveu com a organização e participação dos atores locais assumindo um papel ativo no planejamento e gestão da atividade turística, buscando o bem-estar e a geração de benefícios para seus membros (MELLO; SILVA; FAXINA, 2018, p. 289).

Há uma diversidade de patrimônios culturais imateriais de ancestralidade afrodescendente na Ilha Mem de Sá que englobam os modos de saber e fazer de folgedos, celebrações profanas e religiosas, comidas típicas, recursos naturais, pesca e construções artesanais (quadro 2), usados como atrativos turísticos, ainda não reconhecidos oficialmente pelos organismos de proteção e promoção aos bens culturais sergipanos (secretaria de cultura estadual, municipal e IPHAN – sede local). Apesar das inúmeras pesquisas, publicações e projetos de extensão realizados por profissionais e estudantes das universidades sergipanas e pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS) sobre esses temas culturais, a mobilização do poder público ainda é incipiente. Isso dificulta sua salvaguarda e captação autônoma em editais de financiamentos externos para a manutenção das tradições.

Quadro 2: Patrimônio Cultural da Ilha Mem de Sá, Sergipe

Patrimônio Cultural	Características
Samba de Coco	De origem africana, envolvendo canto, batuque e dança (sapateado) com ritmo sincopado. Relacionado às memórias das atividades de extração de polpas do coco por negros africanos e afrodescendentes em Sergipe, conformando uma tradição de canto e musicalidade durante a quebra, criando um ritmo único para a dança.
Reisado	dança natalina em comemoração ao nascimento do menino Jesus e em homenagem aos Reis Magos, se instalou em Sergipe, nordeste brasileiro, no período colonial, sendo os brincantes do grupo de dança acompanhados por instrumentos que acompanham o grupo são o violão, sanfona, pandeiro, zabumba, triângulo e ganzá.
Festa do Caranguejo	Seu início ocorreu a partir da Festa da Padroeira Santa Luzia, quando os pescadores iam para o mangue e catavam 100 cordas de caranguejos que eram distribuídos na comunidade para a celebração, apresentando sua variedade gastronômica dos saberes e sabores tradicionais locais. É realizada na segunda semana do mês de dezembro.
Festa de Santa Luzia	A festa da padroeira Santa Luzia é realizada de 09 a 13 de dezembro, sendo a principal festividade religiosa dos moradores. Nesse período são realizados batizados, missas e procissões, prosseguindo para a festa do caranguejo.
Gastronomia	Catado de aratu, ensopado de aratu, fritada de aratu, tainha ao forno, mariscada, moqueca sergipana com banana da terra, moqueca de arraia moqueada, moqueca

	na folha, caldo de sururu, feijão de coco, bolachinhas de goma, mudinha, baba da moça, doce de goiaba em calda, cocada cortada.
Mata	Ecosistemas de baixada litorânea, com fragmentos de Mata Atlântica- restinga e manguezal.
Pesca artesanal	Captura de mariscos e de peixes com embarcações e redes produzidas artesanalmente pelos moradores da ilha.
Casas de taipa	As edificações em taipa de mão são estruturas populares que utilizam a terra como material de fechamento de uma trama composta por madeiras. Seu Salvador é o taipeiro tradicional da Ilha Mem de Sá que ainda exerce a profissão.

Fonte: Elaboração própria com dados de LIMEIRA, 2017; RIBEIRO, ANDRADE, BRAGHINI, 2014, p. 417; ARAGÃO, 2011, 81-83; NOGUEIRA JÚNIOR *et al.*, 2015, p. 44; ANDRADE, 2020, p. 75;100-101

Vale ressaltar ainda, que as casas de taipas na ilha têm sido destruídas mediante o avanço da especulação imobiliária e o desejo estético de modernização, à exemplo do que tem acontecido com as casas macúti na Ilha de Moçambique.

A chegada do “VIDAM Clube Náutico & Praias”, rede de hotéis e restaurantes de alto luxo, acentua as diferenças socioeconômicas na ilha, criando um espaço elitizado no turismo conflituoso com o ecossistema autogerenciado de restaurantes comunitários e uma pousada de 07 quartos, pensando a capacidade de carga turística. Maior fluxo de pessoas, lanchas potentes ao invés das canoas dos moradores da ilha, barulho, iluminação forte, descarte de lixo, poluição do mangue, interferência na ecologia, modos de vida e consumo de pessoas não-brancas.

Ao viabilizar um Ensino de História consciente do racismo ambiental e climático, o professor pode elaborar comparações, explicando as realidades em suas aproximações e distinções, usando a metodologia Q “baseada originariamente numa perspectiva construtivista, segundo a qual os seres humanos agem de acordo com as representações que constroem da realidade” (COUTO; FARATE; RAMOS; FLEMING, 2011, p. 3).

Os sujeitos (alunos) são divididos em grupos e colocados diante de um conjunto de afirmações (imagens, textos, vídeos etc.), que constitui a amostra designada *Q-set*. Os participantes, no seu conjunto, definem o *P-set* e deverão ordenar as informações de acordo com o seu ponto de vista. A ordenação obtida é sujeita a análise fatorial. O participante decide sobre a importância de cada item, pela sua organização/ordenação no conjunto apresentado, sendo esta ordenação comparada com todas as outras. A metodologia Q fornece itens (afirmações) que podem ser ordenados e classificados em categorias de maior e menor importância, de acordo com o significado subjetivo dado por cada sujeito relativamente ao tema

em questão. Esta ordenação e classificação em categorias permitem uma base para análise estatística de dados (análise fatorial) que facilita a organização e a comunicação do estudo (COUTO; FARATE; RAMOS; FLEMING, 2011, p. 5-7).

A metodologia Q possibilita compreender as representações sociais e culturais nas quais os grupos estão imiscuídos, sua relação de dependência e opressão, desmistificando dados e construindo uma reflexão crítica a partir da experiência de trabalho coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos ainda provisórios que articulam as questões de salvaguarda do patrimônio cultural na Ilha de Moçambique e racismo climático ainda precisam avançar mais no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as edificações e suas ações de proteção orientadas pela Unesco e planos de cooperação locais e internacionais.

A responsabilidade sócio-histórica e financeira assumida por Portugal na organização de um *cluster* de investimento no desenvolvimento da qualidade de vida dos residentes da ilha, bem como na manutenção de suas memórias e patrimônio cultural através da promoção da educação, de ações de fomento ecológico e educacionais evidenciam a construção de novos horizontes de colonialidade, uma vez que as desigualdades permanecem e não há uma autonomia na gestão e decisão desses processos.

O reconhecimento do patrimônio mundial na Ilha de Moçambique pela Unesco em 1991, coincide com a paz na ilha e novas relações de sociabilidade através do turismo e da formação de *clusters* que mantêm o poderio econômico e político estrangeiro no local.

O acompanhamento de documentos, acordos e processos de viabilidade de melhores condições de vida para os residentes, devem ser pautados por um olhar crítico e reflexivo sobre o racismo ambiental e climático, a construção da autonomia da população local e a realização de um turismo comprometido com as próximas gerações sobre o patrimônio cultural moçambicano.

Em outra geografia, o uso do exemplo da Ilha Mem de Sá, em Sergipe, pode traçar paralelos de ancestralidade e crítica do racismo ambiental e climático que continua promovendo a desigualdade entre os moradores menos abastados e os órgãos e empresas que têm investido em um turismo de massa que ameaça os agentes sociais promotores do TBC. A relação entre

neocolonialismo no século XXI sobre as populações negras se evidencia na permanência da precariedade como a ausência de escola com sala de aula para mais de uma série, posto médico, transporte social, empregos de baixos salários na rede hoteleira externa, racionamento de água, carência de fossas sépticas, dentre outros acessos.

Levar às salas de aulas sergipanas, na Educação Básica, a reflexão sobre o racismo ambiental e climático em um exercício comparativo de geografias distintas, com algumas similaridades, torna a História da África contemporânea mais próxima da compreensão dos educandos, apontando para a justiça ambiental e climática no protagonismo decisório das populações afrodescendentes. É necessário ainda, desmistificar o uso do patrimônio cultural, já que a feição deste deve ser de libertação/autonomia e não de manutenção de antigas relações de colonialidade com nova roupagem através do turismo, onde a população negra menos abastada é vista como “brincante”, “fazedora de cultura”, “representação de manifestações”, mas despersonalizada em suas demandas de sobrevivência digna que inclua emprego e renda, educação, mobilidade, saúde e participação cidadã ativa nos destinos da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Relatório de Conclusão do Curso de Direito. Rio de Janeiro: PUC, 2015.

ANDRADE, D. F. **Reconhecimento e valorização da taipa de mão sergipana**: o caso da Ilha Mem de Sá. Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Laranjeiras: UFS, 2020.

ARAGÃO, M. C. O. **Rio de reciprocidades**: saberes tradicionais no contexto de sustentabilidade socioambiental na comunidade Mem de Sá – Itaporanga da Ajuda/SE. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão: PRODEMA/UFS, 2011.

COELHO, C. M. T. Mudanças climáticas e patrimônio cultural: elementos para a construção de cenários para a cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do PROARQ** (UFRJ), v.1, n.22, 2015, p. 73-90.

COUTO, M.; FARATE, C.; RAMOS, S.; FLEMING, M. **A metodologia Q nas ciências sociais e humanas**: O resgate da subjectividade na investigação empírica. *Psicologia*,25(2), 2011, p.7-21.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (DGPC). **Ilha de Moçambique**. Portugal: Patrimônio Cultural/DGPC, 2021.

ICOMOS. **Carta do Turismo Cultural**. Bélgica: ICOMOS/UNESCO, 1976.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre o Turismo Cultural**. México: ICOMOS/UNESCO, 1999.

ICOMOS. **Carta para a Interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural**. Canadá: ICOMOS/UNESCO, 2008.

INSTITUTO CAMÕES. **Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique, 2ª fase (2015-2018)**. 2021^a. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-projetos/cluster-da-cooperacao-ilha-de-mocambique-fase-2>. Acesso em: 02 out. 2021.

INSTITUTO CAMÕES. **Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique – 3ª fase – Componente 1: “Apoio Institucional e Desenvolvimento do Município da Ilha de Moçambique”**. 2021^b. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/cluster-da-cooperacao-portuguesa-da-ilha-de-mocambique-3-fase-componente-1-apoio-institucional-e-desenvolvimento-do-municipio-da-ilha-de-mocambique>. Acesso em: 02 out. 2021.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, Summary for policymakers. In. FIELD, C.B. et al. (eds.). **Climate Change: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2014, p. 1-32.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Oficina Desafios de Candidatura a Patrimônio Mundial e da Humanidade - Moçambique**. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa (CLC) - Escola do Patrimônio, 2014.

JESUS, D. S. **Riscos climáticos e racismo ambiental: análise dos discursos hegemônicos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Instituto de Geociências, 2021. 52p.

LAM - LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE AS. **Índico – Revista de Bordo da LAM**, n. 66, março/abril, 2021.

LIMEIRA, C. M. C. **Percepção da qualidade de vida dos moradores da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda/SE**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba: PRODEMA, 2017. 118p.

MACAMO, S. O sistema de gestão da Ilha de Moçambique: implementação da legislação na área do património edificado. In: ROSSA, W.; LOPES, N.; GONÇALVES, N. S. (Orgs.). **Oficinas de Muhipiti - planeamento estratégico património desenvolvimento**. Coimbra: Universidade de Coimbra Press, 2017.

MARÇAL, M. O que é racismo ambiental e como ele impacta a vida dos brasileiros [Entrevista]. **GIFE**, 14/11/2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jzAVW>, acesso em: 20 dez. 2022.

MELLO, J. C.; SILVA, E. P. S; FAXINA, F. A Cultura no palco da Economia: História, Conceitos e aplicações no setor turístico da Ilha Mém de Sá (SE). **Turismo - Visão e Ação**, vol. 20, n° 2, 2018, p. 279-295.

NOAA. **Global Climate Summary**, 2021. Disponível em: <https://www.climate.gov/>. Acesso em: 10 out. 2021.

NOGUEIRA JÚNIOR, L. R. et al. **Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2015.

OMAR, L. L. **Ilha de Moçambique e os Monumentos que marcam a História**. Ilha de Moçambique: Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique – GACIM, 2008.

PASSOS, R. M. S. Entrevista. In: MATHEUS, T. Racismo Ambiental Brasileiro. **ClimaInfo**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/12/15/racismo-ambiental-deveria-ser-tipificado-como-crime/>, acesso em: 22 dez. 2022.

RIBEIRO, J. N.; ANDRADE, T. S.; BRAGHINI, C. R. Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda, Estado de Sergipe. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 12, n° 2, p. 409-424, 2014.

RODRIGUES, S. R.; FABBRIS, C. Desenvolvimento de um “cluster” turístico no Vale do Itajaí: aspectos de sustentabilidade. In: **Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Construções Teóricas no Campo do Turismo**. Caxias do Sul: UCS, 2004.

SANGREMAN, C.; SILVA, S. **Os Clusters como instrumento da Cooperação internacional portuguesa para o desenvolvimento, o caso da Ilha de Moçambique**. Lisboa: CESA, 2012.

SILVA, A. P. O. **Uma contribuição ao estudo de avaliação de ciclo de vida - telha de aço galvanizada**. Dissertação de Mestrado em Construção Civil. Belo Horizonte: Escola de Engenharia; PPGCC, 2015. 97p.

SOLLIN, S. E. **The Macuti House, traditional building techniques and sustainable development in Ilha de Moçambique**. Paris: ICOMOS, 2011, p.312-321.

SOUZA, D. A.; GIL, A. C. Produção Científica Nacional Sobre Clusters Turísticos. **Revista Turismo, Visão e Ação**, Vol. 16 - n. 3, 2014, p. 573-598.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO/IPHAN. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

UNESCO. **Island of Mozambique**. 2021. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/599/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ZANIRATO, S. H. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Ambiente & Sociedade**, v.13, n.1, 2010, p.151-164.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio Cultural e Sustentabilidade: uma associação plausível? **Confluências Culturais**, v.5, n.2, 2016, p.201-211.

Submetido em: 15 de setembro de 2023.

Aprovado em: 02 de outubro de 2023.

Publicado em: 01 de janeiro de 2024.

Autoria

Janaina Cardoso de Mello

Pós-Doutoranda (UFRJ/UFF); Doutora em História Social (UFRJ); Professora do Departamento de História (DHI), do Mestrado em História (PROHIS) e do Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: janainamello.ufs@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5060-0691>.

Brasil.